

1968 na China: ano de todos os perigos

por Alain Roux*

[Tradução: Gilberto Correia Silva]

1968 é uma data articuladora na história da “revolução cultural”, quer escolhamos, para descrever este evento traumatizante, o tempo longo: 1957-1976 (Macfarquhar); o tempo médio: 1966-1976 (Bergère, Barnouin, Dömes, Yan, Résolution) ou o tempo curto: 1966-1969 (Schoenhals, Choc). Com efeito, o motor da fase dinâmica da “revolução cultural”, constituído pelo movimento dos guardas vermelhos (hongweibing), desapareceu em julho-agosto de 1968 e é entre o outono de 1967 e o inverno de 1968, que Mao fez sua primeira tentativa de por um término ao caos, que partira dos campus universitários, em maio de 1966, ganhando as usinas em janeiro de 1967 e, finalmente, os campos no verão de 1968, poupando, completamente, o exército. Uma ditadura militar sucedia à anomia ameaçadora, em formação sob o aspecto de um PCC renascente, o que fazia de 1968, o ano de todos os perigos.

Proponho-me a lembrar os principais elementos ocorridos durante este ano de 1968, prolongado até o 9º Congresso do PCC, em abril de 1969, tendo começado no outono de 1967, procurando detectar as razões do novo insucesso do Presidente Mao, após a catástrofe do Grande Salto avante.

1º) Balanço no outono de 1967

A “revolução cultural” tirou suas origens do insucesso do Grande Salto avante lançado por Mao, em 1958 (Macfarquhar 1). Apresentado como uma alternativa ao modelo soviético de socialismo, que inspirara os dirigentes chineses durante os primeiros anos do novo regime (“A URSS atual, é a China de amanhã”), o Grande Salto chegara a uma terrível fome que, “em três anos negros” (1959 a 1961), fizera perecer mais ou menos trinta milhões de camponeses. (Macfarquhar 2) Este desastre aconteceu devido, essencialmente, ao voluntarismo econômico de Mao, à sua orientação esquerdista e à sua permanência no erro: na assembléia de Lushan em julho-agosto de 1959, o marechal Peng Dehuai criticara os danos deste “vento comunista” manchado de igualitarismo e utopia. Mas é este dirigente lúcido e corajoso que fora destituído por Mao como um vulgar conspirador de direita. Ele fora substituído à frente do Exército Popular de Liberação (APL) por Lin Biao. Este último ia fazer da APL um dócil instrumento político criando o culto do Presidente, compreendendo a compilação de citações, o famoso “pequeno livro vermelho” fazia um novo Confúcio. Em setembro de 1962, (Macfarquhar3) Mao lançara um comunicado solene na ocasião do 10º plenário do Comitê Central (CC) do Partido Comunista Chinês (PCC): “camaradas, nunca esqueçam a luta de classes!”. Ele condenava desta maneira as medidas de reajustamento econômico tomadas por Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e Chen Yun, a fim de relançar uma produção agrícola que declinara de 25% entre 1958 e 1961 (Yan). Tratava-se de redistribuir aos lares camponeses o cultivado privado das terras consideradas propriedade coletiva. Cada agricultor, que se tornava fazendeiro de sua equipe de produção que correspondia ao antigo vilarejo, comprometia-se, via contrato, a fornecer, a preço fixo, uma parte de sua produção à coletividade. Em compensação, ele podia vender os excedentes nos mercados por um preço melhor. Mao via neste sistema, chamado “sistema de responsabilidade”, o engodo de um retorno ao capitalismo. Ao mesmo tempo, em divergência com o Partido Comunista da URSS, sobre questões da coexistência pacífica entre

* Professor das universidades emérita (INALCO. Paris).

o campo socialista e os países imperialistas, impressionado pela crise do socialismo leste-europeu, na Polônia e na Hungria, sobretudo, ele propunha que a China fosse o novo coração vermelho do verdadeiro socialismo, face ao “revisionismo” de Kruchev. Isolado, ameaçado de uma extensão pelos USA em seu próprio território da guerra do Vietnã, a China, que se tinha fornecido, em 1964, a bomba atômica, procurava mobilizar sua juventude “estabelecendo uma política de comando”. Entre 1962 a 1966, Mao vindo a considerar que a máquina do PCC, em torno de Liu Shaoqi e de Deng Xiaoping, estava tentando pelo revisionismo e devia ser derrotado pela geração ascendente que faria, assim, sua experiência de uma revolução na revolução. Entre o dia 16 de maio de 1966 e o 11º plenário do CC do mês de agosto deste mesmo ano, o movimento dos guardas vermelhos, composto por uma quinzena de milhão de estudantes, constituiu o braço forte de uma “revolução cultural”, que atingia os cabeças universitários, seus protetores políticos e, enfim, os mais importantes dirigentes do PCC, entre os quais, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. A violência, que criara um ambiente de terror quando os jovens desviados encabeçaram durante o verão, aos “vestígios do passado feudal”, invadindo as casas das pessoas das “más categorias negras”, que eram brutalizadas, humilhadas, mesmo assassinadas, ganhou durante o inverno de 1966-67 as usines. “Rebeldes operários”, especialmente, em Xangai, atacaram os sindicatos e os dirigentes, durante “a tempestade de janeiro de 1967”, (Macfarquahar 4., Perry). Esses conflitos sempre opuseram os operários qualificados, que formavam a coluna vertebral dos sindicatos e do partido comunista, à empresa, aos operários temporários, simples mãos-de-obra vindos do campo e tratados como imigrantes do interior, privados de todas as vantagens das quais gozava “a aristocracia operária” (Perry). A APL recebera de Mao, no dia 23 de janeiro de 1967, a ordem de portar seu apoio à “esquerda” (Wengao). A ameaça do caos fizera reagir uma parte dos dirigentes superiores da APL, em consequência daquilo que foi chamado a “contra-corrente de fevereiro de 1967”: em vão. Durante o verão de 1967, afrontamentos armados sanguinolentos em Wuhan (Wang) entre rebeldes, milícias sindicais, unidades territoriais do exército e unidades de elite vindas das fronteiras, haviam amedrontado a generalização de uma guerra civil (Wengao). A anarquia ganhou todos os ministérios: no dia 23 de agosto de 1967, os locais da representação diplomática da Grã-Bretanha à Pequim foram dominados pelos guardas vermelhos que se apossaram, no dia 3 de agosto, do ministério dos Serviços Estrangeiros. Isso se tornava perigoso para a segurança do país. Grupos de rebeldes queriam incriminar Zhou Enlai, o único capaz de evitar o caos geral e, ainda mais, tão apreciado por Mao que ele adotara um comportamento servil para com ele. No começo de setembro, Mao denunciou, então, uma misteriosa “conspiração do dia 16 de maio de 1967”, dirigida por diversos ideologistas radicais. Seguiu-se uma vaga de encarceramentos nos meios esquerdistas entre outubro de 1967 e março de 1968, atingindo três milhões de pessoas. Dezenas de milhares de suspeitos, denunciados como contra-revolucionários, foram executados ou se suicidaram. Mao convidou, em outubro de 1967 (Wengao), “todas as organizações revolucionárias a formar grandes alianças”, criando comitês revolucionários, e a preparar o 9º Congresso do Partido. A imprensa denunciava a anarquia e o desenvolvimento das facções. Visivelmente, não era mais tempo de Mao resumir o marxismo em uma fórmula: “toda rebelião é justa”. Era urgente sair do impasse em que o ativismo irresponsável dos guardas vermelhos conduziu a revolução chinesa.

2º) O fim dos guardas vermelhos.

Durante este tempo, com efeito, nos campus, os guardas vermelhos tinham-se divididos em grupos rivais, todos reivindicavam Mao Zedong e seu pensamento. A maioria destas organizações “rebeldes” encontrava-se sob a autoridade do Grupo Central da Revolução

Cultural (GCRC), que recebia o apoio direto de Mao e onde de Jiang Qing, esposa do Presidente, os Xangaienses Zhang Chunqiao e Yao Wenyuan, diversos rebeldes, como Wang Hongwen, o chefe da polícia política Kang Sheng e alguns ideologistas como Chen Boda, penavam para consolidar suas tomadas do poder da mídia, diversos ministérios e varias grandes cidades, como Pequim, Xangai e Tianjin. Com efeito, eles se opunham, freqüentemente, fisicamente a outros grupos dos guardas vermelhos, às vezes, chamados “guardas escarlates”, que eram qualificados por seus adversários de “legalistas” ou de “conservadores”, mas eles próprios se consideravam mais puros do que estes rebeldes devido às suas origens de classe: de fato, as crianças dos altos dirigentes e das famílias de mártires revolucionários, ali estavam, sempre, presentes. Eles mantinham, naturalmente, relações com os responsáveis locais ou centrais do partido. Eles representavam, mais ou menos, esta nova nobreza formada pelo regime a partir das “categorias vermelhas” (operários, camponeses pobres e de classe média baixa, revolucionários históricos, mártires da revolução), enquanto que os rebeldes mais radicais, freqüentemente, admitiram em seus rangues os filhos e filhas saídos das “categorias negras” (proprietários latifundiários, camponeses ricos, dirigentes do Guomindang, capitalistas burocráticos e membros das sociedades secretas). Também, durante as “tomadas de poder” nas capitais provinciais, um dos objetivos dos rebeldes era pegar os dossiês pessoais que excluía alguns deles para destruí-los ou corrigi-los.

Cansado desses conflitos (Hinton) e inquieto pelo risco da guerra civil (Wengao), Mao fez retomar, à força, no dia 27 de julho de 1968, o controle dos campus universitários de Pequim por “equipes de propaganda do pensamento – maozedong”, formadas de operários e apoiadas por soldados da unidade 8341 da APL que dependia diretamente de sua autoridade. Ele convocou, no dia 28 de julho, os “subs-generais” das guardas vermelhas, repreendeu-os de seus conflitos repetidos e ordenou que se submetessem ao processo “luta, crítica, dispersão”. A APL instalou patrulhas autorizadas a fazer uso de suas armas nos campus, enquanto que os guardas vermelhos foram enviados para os campos longínquos, a fim de serem “reeducados pelos camponeses pobres e de classe média baixa”: 5.400.000 deles partiram, nos meses seguintes, ao encontro de outros milhões de “jovens instruídos”, enviados ao campo após terminarem seus estudos secundários, para, ali, reforçar os efetivos já abundantes do grupo de camponeses. Esta “geração perdida” de jovens urbanos reenviados em dez anos à Idade Média e condenados a perder em seus exílios rurais, seus melhores anos em uma meia-ociosidade, contou ao todo 17.000.000 indivíduos (Bonnin). Assim, a força mais dinâmica da “revolução cultural”, desacreditada pelos seus excessos e falta de maturidade política, deixara o camarim e o reservatório, onde ela poderia ter se renovado antes de ser drenada.

3º) A violência e o caos nos campos chinesas.

Mas, contrariamente ao que pensara, há muito tempo, os cientistas políticos, o desaparecimento dos guardas vermelhos, não pôs fim ao caos. Sabemos agora que, ao contrário, foi durante o verão de 1968, que a violência atingiu os aumes, com episódios monstruosos (Walder, Song, Zheng, Escherick), logo, imediatamente após a dispersão dos guardas vermelhos. Estes últimos, em transferência para os campos, ou totalmente isolados dos camponeses, uma vez instalados nos “pontos de juventude”, não representavam mais nenhum papel nesta onda de desordens nos campos chineses.

Encontra-se na origem desta nova tragédia da Revolução Chinesa, o papel central atribuído por Mao à luta de classes no processo de edificação do socialismo. Isso se registrava em sua concepção geral do mundo formado pela hibridação da dialética hegeliana sobre o velho fundo taoísta do conflito entre o yin e o yang (Schram 1965). Tudo, aqui, era contradição, um

se dividindo em dois, sem cessar. A revolução era, então, ininterrupta (buduan), salvo se ela se burocratizasse como no modelo soviético e se tornasse contra-revolução. Fases periódicas de revolução na revolução eram necessárias para impedir esta degeneração. Com efeito, a luta das classes subsistia no socialismo, contrariamente à afirmação da vulgata staliniana. Este foi um dos pontos essenciais das divergências que Mao discerniu após o XXº Congresso do Partido comunista da União soviética (PCUS) entre seu modelo de socialismo e o de Nikita Kruchev (Hu). Segundo Mao, esta luta das classes opunha o proletariado e seus aliados, ou seja, a imensa maioria do povo, aos vestígios, freqüentemente, perigosos das antigas classes derrotadas pela Revolução. A restauração do capitalismo era possível por causa dos “direitos burgueses” que subsistiam sob o socialismo: certa propriedade privada, a hierarquia dos salários, a herança cultural, a preeminência das atividades intelectuais sobre as atividades manuais... A revolução devia, então, apoiar-se no proletariado das “quatro categorias vermelhas” para enfrentar este risco contra-revolucionário representado pelas “categorias negras” em uma luta de massa exercida no quadro da ditadura do proletariado. O aparecimento reiterado de um desvio de direita no campo revolucionário dava origem a uma “quinta categoria negra”. Ela se explicava pela má origem de classe de pessoas ligadas à revolução pelo oportunismo ou por estratagema, mas sempre prontos a reencontrar sua classe de origem. No contexto difícil, atravessado pela revolução chinesa, era preciso sem cessar “purificar os rangues de classe”, (qingli jieji duiwu) para extirpar os maus elementos infiltrados. É a palavra de ordem lançada por Jiang Qing, no dia 21 de novembro de 1967, durante uma assembléia dos guardas vermelhos da capital. Repercutida em Xangai, desembocou 169.000 pesquisas nesta cidade que visaram 80 a 90% dos dirigentes e 5 a 10% dos operários e empregados (Perry). Assim, todos os militantes operários clandestinos do Partido desta metrópole (3.675) foram o objeto destas pesquisas. 5.000 pessoas, assim, submetidas a esta prova sofreram maus tratos ou se suicidaram. Em seguida, esta nova tempestade, muito menos inferior em violência à de 1967, apaziguou-se.

No campo, este movimento “para purificação dos rangues de classe” foi o contrário da origem de um período de terror que durou longos meses. Diversas pesquisas realizadas a partir dos Anais dos 2.250 distritos (xianzhi) que a China, então, possuía, algumas rápidas, contando 1.550 entre eles, as outras, mais aprofundadas, que estudavam a “revolução cultural” nos 187 dos 235 destas circunscrições nas três províncias do Guangxi, do Guangdong e do Hubei, permitem chegar à constatações sólidas. Entre o fim do ano de 1967 e o começo de 1969, observam-se nas cidades os massacres de massa, cujas famílias inteiras são eliminadas de modo, freqüentemente, cruel, homens, mulheres, crianças e, até mesmo, bebês confundidos. Essas chacinas coletivas são de três tipos: os mais numerosos concernem às famílias das “quatro más categorias” cuja lista fora estabelecida na ocasião da reforma agrária de 1950-51. Vêm, em seguida, verdadeiras caças às bruxas, onde foi acrescentada aos excluídos iniciais a quinta má categoria, a dos “destros”, cuja lista fora fixada em 1957, estendendo-se em seguida a 1959. No mais, encheram-se os rangues dos supostos inimigos do povo entre 1967 e 1969 por estes campos para “purificar os rangues de classe”. A estas duas categorias cujos membros foram massacrados em uma espécie de genocídio acompanhados, às vezes, de cenas de canibalismo, como em Binyang, no Guangxi (Zheng), acrescentou-se uma terceira, a dos prisioneiros, cativos nas batalhas entre rebeldes de orientações diferentes ou entre os rebeldes e as forças armadas regulares, como no decorrer dos combates de ruas de julho-agosto de 1968 à Nanning, Guilin ou Liuzhou, em que o general Wei Guoqing fez uso da artilharia. Neste último caso, não se tratava mais de massacres de camponeses. Estas vítimas das lutas entre facções ou com a APL, conhecidas dos historiadores, desde há muito tempo, foram, de fato, as menos numerosas deste sanguinolento ano de 1968.

Uma avaliação exata permanece difícil: concorda-se, no geral, um total de um milhão de mortos (CHOC) durante a “revolução cultural”, cuja metade, aproximadamente, perecera na ocasião destes massacres de massa de 1968. Certos autores (Song, Escherick) propõem um número, claramente, mais elevado de vítimas, indo de 1.500.000 a 3 milhões de pessoas, ou seja 0,5% da população total. Neste caso, entre 750.000 e 1.500.000 pessoas pereceram durante estes homicídios de vilarejo. As províncias mais afetadas foram aquelas de Canton, o Guangxi, a região autônoma da Mongólia interior e o Yunnan, mas houve, também, casos dramáticos no Hubei e no Hunan. Um vilarejo estava mais exposto ao risco de sofrer um massacre de massa, devido ao seu isolamento e pobreza.

4º) O estabelecimento dos comitês revolucionários.

O que mais toca nestes estudos é a concomitância entre o estabelecimento dos comitês revolucionários, que se propuseram restabelecer o quadro administrativo e político desarticulados por dois anos de uma guerra civil em ascensão e as flamas de violência de julho-agosto de 1968 (Escherick, gráfico da página 105). Após a fase de destruição, Mao desejara, desde o outono de 1966, uma fase de reconstrução no quadro de uma tripla aliança entre os rebeldes, os antigos dirigentes reeducados e as autoridades militares locais. Assim que foi fundado o primeiro comitê revolucionário, em 31 de janeiro de 1967, em Heilongjiang: encontrava-se, ali, em primeiro lugar o antigo secretário provincial do Partido. Em Xangai os diferentes grupos rebeldes queriam substituir a “grande democracia”, da qual eles reivindicavam em princípio, com, evidentemente, o direito de greve e a liberdade de expressão e de reunião, à “pequena”, que funcionava desde a fundação da República Popular da China (RPC), que de democracia, tinha somente o nome, pois ela mascarava a realidade da ditadura de um partido único.

Sem dúvida, esta fugitiva exigência democrática da parte de grupos que, nos fatos, exerciam o terror com a ajuda da guarnição, estava destinada a justificar a sua insurreição contra as autoridades e superar a forte resistência em sua tomada do poder da parte dos sindicatos e das engrenagens locais do partido. Em 5 de fevereiro de 1967, as organizações “rebeldes” dirigidas por Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Wang Hongwen, proclamaram a “comunidade de Xangai” no modelo, geralmente, evocado na imprensa dos anos 1960-66 da Comunidade de Paris (Perry, Bergère). Então, de fato, o efêmero precedente parisiense repousava sobre um sistema de eleição direta às mãos erguidas, por assembléias populares de delegados, constantemente, revogáveis, o projeto dos “rebeldes” xangaienses permanecia vago sobre estas “eleições gerais” que, ali, estavam inscritas.

Se ele propunha destruir as estruturas existentes para substituí-las por uma consulta de delegados das organizações rebeldes, o número e a identidade destes variavam segundo o dia e o tipo de problema evocado e seu mandato parecia muito impreciso. Pode-se duvidar da ligação a uma democracia eletiva que supunha o risco aceito da alternância de Zhang Chunqiao e dos outros teóricos da perseguição da luta de classes sob o socialismo!

Mao afastou, imediatamente, este modelo que lhe parecia inconsistente, até mesmo, manchado de liberalismo burguês: em 24 de fevereiro, Xangai implantou um comitê revolucionário (CR) que repousava, como em Heilongjiang, sobre o princípio da tripla aliança e cujos dirigentes eram nomeados e não eleitos. Em 18 de março, o CR do Shanxi foi fundado. Em 20 de abril, o de Pequim. Em outubro de 1967, já existiam 7 CR, 18 em março de 1968, 29 em setembro de 1968, sendo o último o de Xinjiang.

A maior parte dos massacres de massa no campo aconteceu em julho-agosto de 1968, diz-se, na época, em que a maioria dos CR tinha sido fundados ou se encontravam em andamento.

Mais, precisamente, estes genocídios aconteceram, sobretudo, nas províncias, onde os CR, instalados na primavera de 1968, com a ajuda das guarnições locais, encontravam uma forte resistência da parte dos grupos rebeldes não integrados aí: a chama de violência inscrevia-se, assim, na ação que estes CR tiveram que empenhar para consolidar sua frágil autoridade. A justificativa dada pelas autoridades, destes massacres injustificáveis, era fornecida pelo movimento “para a purificação dos rangues de classe”. Sua prática destacava os dirigentes rurais e a milícia que dependiam deles. Mas, como a revolução cultural combatia ou enfraquecera a corrente do mandamento que chegava aos vilarejos, estes sub-dirigentes locais agiam sem controle. Seus dispositivos no local eram as “associações de camponeses pobres e de classe média baixa”, instalados a pedido de Mao, durante a “campanha de educação social”, entre 1962 e 1965. A destruição do enquadramento tradicional na ocasião da reforma agrária e a desmoralização geral consecutiva aos três anos de fome do Grande Salto juntavam-se a esta falta de organização social. A miséria completava o todo: para os camponeses ameaçados de fome massacrar outros camponeses, seria eliminar os concorrentes na partilha de uma colheita deficitária. De certa forma, a pressão demográfica (Attané) teve, assim, seu papel nesse desencadeamento de horrores. Pode-se pensar, também, que as rivalidades tradicionais entre vilarejos, aglomerações, clãs, particularmente, no sul, faziam desta violência uma nova forma de vingança, de xiedou (Bianco).

5º) O aparente renascimento do PCC.

É a APL que reestabeleceu, freqüentemente, com brutalidade, um semblante de ordem no outono de 1968. O resultado disso foi que todos os CR provinciais eram presididos por generais ou por comissários políticos de alto rangue. Mao podia, então, pensar em reestabelecer o Partido. Não teria, ele, precisado à Zhang Chunqiao, quando recusou o projeto de Comuna de Xangai, que “era preciso um partido, qualquer que fosse sua forma; era preciso um núcleo duro, qualquer que fosse seu nome”? Mas era preciso livrar-se, antes, dos “maus elementos”. Este foi o papel representado, entre 13 e 31 de outubro de 1968, pela 12ª sessão do CC do PCC: não sobrava mais que 40 dos 87 titulares, por causa das cortes sombrios operados pelos guardas vermelhos, pela doença e pela velhice e foi preciso nomear 10 dos 74 suplentes para dar quorum. Esta sessão foi a ocasião de uma deposição de acusação como “contra o revolucionário, apostata e agente do Guo Min Dang” de Liu Shaoqi que foi excluído do partido. Ele tinha tido a coragem, antes de cair no marasmo, de denunciar Mao como um tirano e de refutar todas as acusações depostas contra ele em uma carta de 11 de fevereiro de 1968. Maltratado, sofrendo de diabete e pneumonia, morreu na prisão no anonimato em 12 de novembro de 1969.

O 9º Congresso do PCC aconteceu em Pequim de 1º a 24 de abril de 1969. A estranheza desse “Congresso de vencedores” sublinha o insucesso da “revolução cultural” que supusera devolver ao povo o poder que lhe tinha sido confiscado por “burocratas revisionistas engajados no processo da restauração do capitalismo”. O Congresso aconteceu em segredo e se desenrolou na ausência de todo observador estrangeiro. O relatório que Lin Biao leu, designado oficialmente como sucessor de Mao Zedong, tinha sido escrito por Mao depois que ele recusara uma primeira versão escrita por Chen Boda, em seguida, sido corrigido, uma segunda versão, com a ajuda de Zhang Chunqiao e de Yao Wenyuan. O texto falava de uma “vitória da grande revolução cultural proletariana”, mas de uma vitória que não podia ser total, pois teria necessidade, no futuro, de outras revoluções culturais. Da mesma forma: nada tinha sido dito sobre os verdadeiros problemas do país. Uma inquietação difusa plainava, alias, no Congresso: em 3 de março de 1969 uma emboscada mortífera aplicada pelos guardas fronteiriços chineses aos seus homólogos soviéticos na ilha contestada entre os dois países

chamada Chen Bao por uns e Damanski por outros, nas bordas do Oussouri, na Mandchourie, provocara uma duríssima réplica soviética. Ora, desde a intervenção das forças do pacto de Varsóvia e do Exército Vermelho em 20 de outubro de 1968, em Praga, para por termo a uma tentativa de democratização do regime pelos dirigentes comunistas tchecos e os propósitos de Leonid Brejnev sobre a “soberania limitada” dos países socialistas, sabendo-se que os soviéticos eram capazes de intervir militarmente na China. Temia-se um ataque aéreo sobre Pequim ou a destruição das instalações nucleares chinesa do lago Lob Nor. De maneira significativa, os 2/3 dos 1512 delegados do 9º Congresso tinham uniforme verde-oliva da APL, mesmo se, somente, 28% dentre eles eram militares em exercício. 45% dos membros do CC eleito pelo Congresso eram militares. Mesmo se Mao tivera que conservar nessa instância 19% dos veteranos, dos quais uma boa parte sustentara a contra-corrente de fevereiro, isso era, apenas, uma concessão aparente. De fato, a realidade do poder se encontrava ente as mãos do comitê permanente do Escritório Político formado por Mao, Lin Biao, Zhou Enlai e Kang Sheng. O culto da personalidade de Mao pertencia à sua plenitude. O relatório precisava que “o Centro é o sol e, bem como os nove planetas, toda nossa atividade gira em torno do sol. O Presidente Mao é o sol. O pensamento Mao é o sol”. Em 1964, ao receber o jornalista americano Edgar Snow, Mao não lhe tinha explicado que ele próprio organizara metodicamente o culto de sua própria personalidade? Desde a primavera de 1968, cultivara-se o habito, nas empresas e no pátio dos grandes conjuntos residenciais, de reunir as pessoas ao nascer do sol para que elas honrassem um imenso retrato de Mao e se voltassem para ele para fazerem votos ou confessassem os erros cometidos, salmodiando com versetes do Pequeno Livro Vermelho. O APL abrira “escolas do 7 de maio” onde milhares de homens de negócios faziam estágios ideológicos sob a direção de instrutores militares entregando-se aos trabalhos nos campos que, supostamente, permitiriam de se alimentar. Felizmente para eles, continuavam a receber seus salários e compravam para os camponeses o que eles não tinham produzidos! De fato, o Partido teria que se reconstruir do cume para a base e seria preciso dispor de dirigentes reeducados. Esperando isso, era a APL a única força organizada no país e encarregada desta reconstrução. Em 1968, passara-se, em alguns meses, do risco da anarquia ao de um bonapartismo vermelho.

Conclusão

Mao, confrontado, a partir de 1956, à crise evidente do sistema socialista soviético, percebera com lucidez que o modelo soviético de socialismo chegara a dar o poder não à classe operaria, mas a maquina de um partido todo poderoso que exercia sua ditadura sobre o povo em seu nome e cujos membros gozavam de privilégios injustificáveis. Mas, ele havia acreditado, erradamente, em evitar a burocratização e a esclerose do regime socialista chinês por uma sobrepolitização e a mobilização permanente das forças revolucionarias. Ele considerara os intelectuais como “uma categoria que fede”, enquanto a China sofria cruelmente da falta de dirigentes qualificados. Ele subestimara totalmente o papel das forças produtivas. Pior, ele acreditara que a pobreza era um fator favorável à revolução, à mobilização popular, sem ver que era preciso certa abundância para dispor de meios de base de um verdadeiro socialismo, o que bem haviam compreendido Liu Shaoqi, Deng Xiaoping, Chen Yun e os responsáveis pela economia. Não teria, ele, escrito desde abril de 1958 que “a China é pobre e branca: mas sobre uma página branca, escrevem-se os mais belos poemas”? A manipulação da luta de classes, da qual se tornara mestre, tinha um papel decisivo nessa mobilização: viu-se o prêmio! De fato, Mao conseguira, somente, acrescentar à confiscação do poder pela alta burocracia comunista um terror desenfreado, mascarado por um culto cada vez mais delirante, do qual ele era objeto consentente, enquanto que a economia conhecia um crescimento

negativo. Sua vitória na ocasião do 9º Congresso era, apenas, uma vitória à Pyrrhus. O ano de 1968 era, mesmo, o ano de todos os perigos.